

CIDADE E ARQUITETURA: (RE)CONHECER E PRESERVAR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

CITY AND ARCHITECTURE: KNOWING/RECOGNIZING AND PRESERVING THROUGH PATRIMONIAL EDUCATION

Tarcisio Dorn de Oliveira¹

Helena Copetti Callai²

RESUMO

Na elaboração deste ensaio teórico, observou-se o estudo exploratório, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Esta reflexão tem como objetivo investigar a educação patrimonial como possibilidade de construir nos sujeitos o sentimento de preservação do patrimônio arquitetônico e o (re)conhecimento da cidade com vistas à promoção e vivência da cidadania, reforçando o pertencimento com o local, em que a educação é o fio condutor no processo de conhecer e entender melhor a cidade, por meio de uma reflexão constante do pensamento crítico e criativo em relação à arquitetura. A educação patrimonial é uma forma de conscientizar as comunidades da importância de preservar seus bens, que são os registros dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade, e que muitas vezes se perdem por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre as mudanças e interferências do mundo globalizado. Visa instigar a sociedade da contemporaneidade a reflexões e ações adequadas que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória urbana que, através da arquitetura, nos permite observar a importância que os edifícios de relevância arquitetônica trazem aos espaços urbanizados, criando olhares que busquem e apreciem a manutenção desse patrimônio, tornando possível criar um ambiente que respeite o antigo, a história e, ao mesmo tempo, auxiliando no que diz respeito à sustentabilidade cultural e ambiental das cidades.

Palavras-chave: Cidade. Arquitetura. Preservação. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

In the elaboration of this theoretical essay, the exploratory study was employed, aiming to provide greater familiarity regarding the problem, with the objective of making it more explicit. This reflection aims to investigate the patrimonial education as a possibility to build the feeling of preservation of the architectural patrimony in the inhabitants as well as creating the recognition of the city, aiming at the promotion and experience of the citizenship, reinforcing the belonging of the population toward the places, in which education is the common and central thread in the process of better knowing and understanding the city, through a constant reflection on critical and creative thinking in relation to architecture. Patrimonial education is a way of making communities aware of the importance of preserving

¹Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professor do Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – UNIJUÍ. tarcisio_dorn@hotmail.com

²Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Professora do Departamento de Humanidades e Educação – UNIJUÍ. Pesquisadora CNPq Nível 1D. copetti.callai@gmail.com

their assets, which are the records of events in the history of a place and a society, which are often lost by lack of incentive or loss of community identity, which has suffered the changes and interferences of a globalized world. It aims to instigate contemporary society into appropriating reflections and actions that strengthen the identification, valorization and preservation of urban memory. Thus, through architecture, it is possible to observe the importance that buildings of architectural relevance bring to the urbanized spaces, creating glances that seek and appreciate the maintenance of this patrimony, making possible the creation of an environment that respects the old, the history and, at the same time, the cultural and environmental sustainability of cities.

Keywords: City. Architecture. Preservation. Patrimonial Education.

Considerações iniciais

Ao definir cultura como um fenômeno social produzido pelo homem, pode-se, estritamente, considerar a arquitetura como uma produção social, e, por consequência, cultural. Assim, é notável que a arquitetura, vista como patrimônio, se dê na coletividade, ao se perceber que o patrimônio edificado é a resposta do movimento que ocorre em determinado momento, e que se liga diretamente à história, à memória e à construção da identidade de uma sociedade.

Conforme Callai (2005, p. 232), partindo do fato de que as pessoas lêem o mundo ainda muito antes de ler a palavra, a principal questão é exercitar a prática de fazer a leitura do mundo, haja vista que a leitura do mundo é fundamental para que todos nós, que vivemos em sociedade, possamos exercitar nossa cidadania. E ainda, a autora (2005, p. 228-229) observa que ler o mundo, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades.

Em se tratando da cidade, Pesavento (2005, p. 14) lembra que a subordinação da memória à história implica no resgate de uma série de temporalidades, tendo em vista que o tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo presente, no qual se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro.

Callai (2005, p. 242), destaca que a cultura de cada povo e de cada sociedade apresenta suas marcas e tem ligações com a possibilidade de os sujeitos concretos dessas

sociedades possuem uma identidade, no sentido de pertencimento ao lugar, haja vista que a identidade se dá entre os próprios homens e com o lugar. A autora ainda salienta que reconhecer sua identidade e seu pertencimento é fundamental para qualquer um se entender como sujeito que pode ter, em suas mãos, a definição dos caminhos da sua vida, percebendo os limites que lhe são postos pelo mundo e as possibilidades de produzir as condições para sua vida.

Tomaz (2010) analisa que o cuidado ao preservar a arquitetura de uma cidade objetiva preservar a memória local, valorizando, assim, o contexto social de qualquer ambiente que possua significado para a comunidade, pois não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver. Nessa visão, a arquitetura assume um papel que acaba por contribuir na formação da identidade de um local, na formação de grupos, de categorias sociais, e no resgate da memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e as suas raízes.

Rocha (2012) complementa que a preservação se torna fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural. Assim, a arquitetura patrimonial pertence à comunidade que a produziu e que a compõe, e na qual a consciência voltada para preservar, sem dúvida, contribui para que os que estão por vir possam usufruir dessa herança, de modo a garantir que, por meio dos testemunhos do passado, aqueles possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade desse espaço.

Para tal, o presente ensaio teórico³ justifica-se e tem como objetivo a intenção de investigar a educação patrimonial como possibilidade de construir nos sujeitos o sentimento de preservação da arquitetura e o (re)conhecimento da cidade com vistas à promoção e à vivência da cidadania, reforçando o pertencimento com o local.

Metodologia

A pesquisa baseia-se em um estudo exploratório, cujo objetivo é proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Assim, foi

³Desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias – Gtec – da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

realizado um levantamento bibliográfico desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, os quais, a partir dos dados obtidos, permitiram a análise e a interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão e aprofundamento com relação ao tema abordado.

Desenvolvimento

As reflexões propostas a partir dos autores consultados permite-nos avançar no sentido de promover variados entendimentos sobre a importância do patrimônio arquitetônico, especialmente no que tange à memória social, evocando a arquitetura como meio e a educação como possibilidade, haja vista que a educação patrimonial mostra-se como uma maneira de colaborar com o fortalecimento do sentimento de pertencimento com o local, reafirmando, ao mesmo tempo, a identidade das cidades. Nesse sentido, algumas reflexões são propostas a seguir.

(Re)conhecer a arquitetura da cidade através do patrimônio

A arquitetura possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ela e, por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. Essa preocupação em protegê-la, começou no início do século XX, tendo sido criadas, a partir daí, várias normas, comissões e conferências com o objetivo de estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. Nesse cenário, Figueiredo (2013, p. 56) diz que pensar a cidade por esse viés equivale a identificar as nuances do comportamento humano, na medida em que ela se constitui de materialidade em seus construtos patrimoniais, e de imaterialidade, em relação aos símbolos e significados conferidos pelos diferentes atores sociais ao longo dos processos históricos.

Medeiros e Surya (2009) observam que o patrimônio é um grande acervo, sendo constituído do registro dos acontecimentos da história de um lugar ou de uma sociedade, os quais, muitas vezes se perdem por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre mudanças e interferências do mundo, podendo a herança cultural adquirida fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado de

uma sociedade. Nesse sentido, Assunção (2003) reforça que o patrimônio edificado pode ser entendido como um bem isolado ou um conjunto deles, formando e fortalecendo o testemunho da intervenção humana no ambiente construído, englobando as mais diversas formas.

Para Pesavento (2005, p. 14), habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do agora, do cotidiano da existência, e para lá do presente da cidade e do tempo da vida. Trata-se de um momento no espaço, no qual se reabilita o passado da *urbe*, tanto material quanto imaterialmente, para que nela as pessoas se reconheçam e se identifiquem, ancorando aí suas referências de memória e história. A autora ainda adverte que o presente das cidades é também aquele tempo no qual se pensa o futuro, articulando-se planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se, e no qual uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente.

Nesse sentido, Burda e Monastirsky (2011, p. 122), lembram que o patrimônio de uma cidade deve, sobretudo, servir para a educação e o reconhecimento do cidadão local, para depois transformar-se num atrativo que, em constante análise, pode apresentar-se interessante para aquele que busca conhecer a cultura do outro. Então, o patrimônio arquitetônico diz respeito às maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como nas manifestações simbólicas dos seus saberes, em práticas artísticas e dentro de um sistema de valores e tradição.

Pesavento (2005, p. 16) salienta que a patrimonialização do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada, o que demanda uma aprendizagem, e na qual é possível reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, de modo a entender como sua uma memória social, sabendo ver no traçado das ruas, nos prédios e nas praças, lugares dotados de sentido, ao endossar um pertencimento. Reconhece territórios e temporalidades urbanas é, pois, tarefa que deve ser assumida por instâncias nas quais se socializa uma atitude desejada, que vai da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isso implicaria criar responsabilidades, educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um patrimônio herdado.

Preservar a arquitetura da cidade através da educação patrimonial

É com o movimento modernista, na década de 1920, que tem início, no Brasil, a preocupação com a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural nacional. Seus representantes acreditavam que o Brasil só seria capaz de adentrar o mundo moderno a partir da busca de uma identidade própria, empenhando-se, então, em identificar aspectos e elementos gerais que configurassem um perfil artístico e cultural do país.

Oliveira e Callai (2017, p. 147) observam que a arquitetura possui a capacidade de estimular a memória das pessoas e, por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação com a proteção começou no início do século XX, tendo sido criadas, a partir daí, várias normativas, comissões e conferências, de modo a estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. A importância de entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denominou chamar de preservação da arquitetura, surge junto com movimentos sociais, que buscavam a autonomia e a valorização da cultura local e global.

Para Choay (2001), a preservação do patrimônio cultural abrange diversos aspectos do que é considerado monumento histórico. No caso dos bens arquitetônicos, essa discussão relaciona-se intimamente com uma de suas características intrínsecas, que é o uso, pois a arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência, mantendo com ele uma relação complexa por suas finalidades estética e simbólica.

Recuperar a cidade do passado, segundo Pesavento (2005, p. 11), implica registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso; mas o resgate do passado implica ir além dessa instância, na direção dos domínios do simbólico e do sensível, partindo ao encontro da carga de significados que essa cidade abrigou em um outro tempo.

Conforme Abreu (1994, p. 1), a valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio. No Brasil, tal tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, um período que resultou

num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente, o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado.

Cerqueira (2005) observa que a educação valoriza, cada vez mais, seu papel como formadora da cidadania, em que os espaços escolares não somente informam conhecimentos que, futuramente, serão a base da formação profissional, mas, sobretudo, visa formar cidadãos. Nesse sentido, Santos (2007) complementa no sentido de despertar a comunidade para a utilização do patrimônio local como ponto de partida no processo de ensino-aprendizagem, o que também implica no fortalecimento da identidade cultural, por meio da qual é preciso capacitar a comunidade para (re)descobrir e perceber os valores e particularidades de sua identidade cultural, partindo de suas experiências e empregando a metodologia da educação patrimonial.

Medeiros e Surya (2009) entendem a educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e as expressões do patrimônio como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. Observa-se aí a importância de entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denomina como preservação do patrimônio, em que a noção de preservação do patrimônio surge junto a movimentos sociais, que buscam igualmente a autonomia e a valorização da cultura nacional.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) salientam que a educação patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, partindo da experiência e do contato direto com as evidências e as manifestações da cultura, já que o trabalho de educação patrimonial busca levar todos a um processo ativo de conhecimento, de apropriação e de valorização da herança cultural. É através da educação patrimonial que a comunidade tem acesso ao conhecimento do seu passado, para que, a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar o mesmo, bem como as expressões materiais que dele se originam.

Sem dúvida, conforme Medeiros e Surya (2009), a educação patrimonial pode ser um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo

que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido, de modo a que esse processo possa conduzir ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e da comunidade, por meio da valorização da sua cultura. Souza (2008) salienta que, além de um importante documento a ser trabalhado, o patrimônio cultural edificado tem sua relevância no tocante ao vínculo direto com o passado, muito perceptível para os alunos, sobretudo dada a proximidade tátil, e visto serem fragmentos da história, ainda palpáveis e perceptíveis num simples caminhar descompromissado pelas ruas das cidades.

Observam, ainda, Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que a educação patrimonial pode ser desenvolvida tanto no ambiente formal de ensino (escolas), como no ambiente informal da comunidade, das associações de bairro, dos museus, e dos parques ambientais, adequando-se, também, a qualquer tipologia de patrimônio, ou seja, qualquer evidência material ou manifestação da cultura. Daí a importância de se pensar a prática educativa com o objetivo de proporcionar elementos para a formação de uma consciência cultural mais crítica, o que sem dúvida contribuiria para a preservação do patrimônio arquitetônico, propiciando às gerações futuras usufruir da herança cultural, de forma a compreender o processo de desenvolvimento da identidade nacional.

Nesse viés, Pesavento (2005, p. 11), salienta que este é um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados visíveis e tangíveis, à disposição do passante, como também aqueles advindos da esfera do imaterial, como os depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo.

Na mesma perspectiva, Callai (2005, p. 243), adverte que se torna interessante investigar a identidade desses lugares a partir dos interesses das pessoas que ali vivem, o que é tão importante quanto reconhecer os valores, as crenças, as tradições, por meio da investigação dos significados que têm para as pessoas. A cultura, que dá esse conjunto de características às pessoas e aos povos, se expressa no espaço por meio de marcas que configuram as paisagens, uma vez que a cultura não vem de fora nem é dada pela natureza. Então, a educação patrimonial é uma forma de conscientizar as comunidades sobre a

importância de preservar seus bens, que são os registros dos acontecimentos da história de um lugar e de uma sociedade, e que muitas vezes se perdem por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre as mudanças e as interferências do mundo globalizado.

Considerações finais

A preservação da arquitetura é uma medida eficaz, pois garante que os sujeitos tenham a possibilidade de conhecer e reconhecer-se em sua própria história e na de outros. É através dos bens patrimoniais que os indivíduos conseguem efetivar e se certificar de sua identidade cultural, podendo também reconstruir seu passado histórico. Neste contexto, a preservação do patrimônio mostra-se através de uma grande complexidade, objetivando requalificar as cidades sem agredir a paisagem urbana, já que a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal.

Mesmo com uma legislação ampla e de boa qualidade, este objetivo de preservação ainda não se concretiza, na prática e de forma eficaz e, até que ocorra, ainda será comum a perda de bens patrimoniais causados por essa ineficiência legislativa e de fiscalização. Sob essa lógica, as políticas de preservação do patrimônio transformam-se em peças fundamentais e estratégicas, muitas vezes identificadas como verdadeiros instrumentos de ordenamento da cidade. Proteger o patrimônio é manter vivas as marcas da história, assegurando a possibilidade de que as gerações futuras tomem conhecimento das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo, seja no campo das artes, nos modos de viver, nas crenças, lugares ou na paisagem da própria cidade, com seus atributos naturais, tangíveis e intangíveis.

O espaço urbano contemporâneo, destituído de várias edificações e conjuntos arquitetônicos, transforma-se em espaço heterogêneo, que, muitas vezes, não valoriza os edifícios com relevância arquitetônica remanescente. As demolições relacionam-se principalmente com a perda da memória da evolução urbana, e com o empobrecimento da ambiência que poderia ser mais diversa e rica. Estes fatores corroboram para seu futuro desaparecimento, indicando a necessidade imediata da preservação do que há, por meio de ações de educação patrimonial e da conscientização da população quanto ao significado e à

importância dos prédios existentes, como fator de identidade e pertencimento do cidadão com relação ao seu local de origem.

A ligação da educação com a preservação é fundamental para a formação dos sujeitos, pois a cidade, como *locus* de variados conhecimentos, é indispensável para a concretização desta formação, permitindo a socialização dos sujeitos envolvidos nesse processo, do qual decorrerá o conhecimento e a valorização dos elementos que compõem o patrimônio. Assim, dentre as várias iniciativas que visam a salvaguarda do patrimônio, uma das mais difundidas atualmente é, sem dúvida, a educação patrimonial, em que as ações devem ser consideradas como parte do ensino focalizado nos bens culturais, tendo, como objetivo, proporcionar à comunidade um contato maior com o patrimônio de sua cidade.

As edificações, o traçado da cidade, o desenhos dos passeios, as praças, o paisagismo, as manifestações culturais, os costumes, os saberes e demais práticas culturais tornam-se referências simbólicas e afetivas da sociedade em relação ao espaço em que vivem, constituindo tais referências a imagem e a identidade da cidade. Trabalhar a educação juntamente com a arquitetura, através da educação patrimonial nas cidades, possibilita várias interpretações e entendimentos, ao se tornar uma ferramenta fundamental na promoção e na vivência da cidadania, podendo ser definida como um ensino centrado nos bens edificados. Tal procedimento toma a arquitetura como ponto de partida para desenvolver tarefas pedagógicas que consideram tais bens como fonte primária no processo de ensino e aprendizagem.

A degradação da arquitetura é uma questão preocupante. Diante desse cenário, a educação patrimonial apresenta-se como um processo de (re)conhecimento e valorização do universo sociocultural da cidade, o que acaba por capacitar seus cidadãos a usufruir de maneira correta desses bens. Nesta perspectiva, a educação patrimonial gera responsabilidade na busca, na valorização e na preservação do patrimônio urbano, em que o processo educativo dos sujeitos os levam a utilizar suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades práticas, relativos à sua vida diária e ao seu próprio processo educacional. Conseqüentemente, a integração entre educação e arquitetura no cotidiano dos sujeitos e de seus afazeres diários faz com que a educação patrimonial exerça uma força simultaneamente geradora de referência, de identidade e de pertencimento.

Referências

- ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo, Edusp. 1994, p. 43-59.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Perspectiva geográfica sobre o patrimônio arquitetônico da cidade da Lapa, PR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba / PR, v. 03, n. 01, p. 115-123, jan. 2011.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**, Campinas / SP, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio. 2005.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável. **Diálogos**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 91-109, nov. 2005.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- DIAS, Reinaldo; MACHADO, Gilmara de Cássia. Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local. **Revista Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, out.- nov.- dez./2009.
- FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria / RS, v. 17, n. 01, p. 55-70, jan. 2013.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial. Brasília**: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- MEDEIROS, Mércia Carrera de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: ANPUH - **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.
- OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. **Revista Di@logus**, Cruz Alta / RS, v. 6, n. 3, p. 141-149, set. 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas / RS, v. 2, n. 04, p. 09-17, ago. 2005.

SANTOS, Maria Socorro Soares dos. Educação e Patrimônio: uma construção da identidade. **Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 2, n. 1, p.49-60, jul. 2007.

SOUZA, Valfrido Viana. Espichar e escorar: modernização e preservação na terra do bode (Batalha-PI). O que fazer? In: **Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural**, 2008, UFPI, Teresina, PI.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. São Paulo/SP, **Revista Fenix**, 2010.